



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DE PROJETOS ESPECIAIS – CIPE
LICENCIATURA: PEDAGOGIA – PARFOR

SILVANA DOS SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA.

CAMPINA GRANDE

2014

SILVANA DOS SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual da Paraíba
como requisito para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. João Damasceno

CAMPINA GRANDE
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237g Santos, Silvana dos
Gestão democrática [manuscrito] : uma construção coletiva /
Silvana dos Santos. - 2014.
56 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino
Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: João Damasceno, Secretaria de Educação à
Distância".

1. Gestão Democrática. 2. Participação. 3. Ação Coletiva. I.
Título.

21. ed. CDD 371.201 1

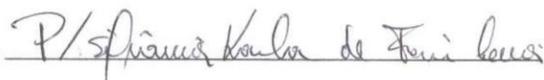
SILVANA DOS SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

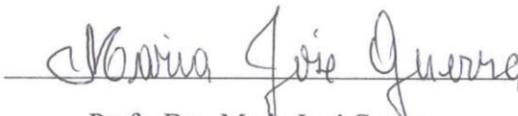
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba como requisito para obtenção do
título de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Aprovada em 02 / agosto / 2014

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. João Damasceno / UEPB
Orientador



Prof. Dra. Maria José Guerra
Examinador



Prof. Ms. Valdecy Margarida da Silva
Examinador

Dedico este trabalho a todos aqueles que fazem da sala de aula um projeto de vida e, da leitura, um caminho para a construção de uma sociedade melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as bênçãos na minha vida em especial a realização e conclusão deste curso, que é de grande importância para o meu crescimento profissional e pessoal, sem a tua presença não teria conseguido vencer todos os obstáculos que surgiram em minha vida;

Aos meus pais Severino (Ninho) e Raimunda pela força e incentivo e principalmente por cuidarem dos meus filhos para que eu pudesse estudar.

Ao meu esposo Amsterdã Cunha pela força e o incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu orientador João Damasceno, que acreditou no meu potencial, porque tenho certeza que em a sua contribuição, não teria chegado até aqui, agradeço pelo apoio, incentivo e aprendizado vindo a contribuir com meus conhecimentos;

A secretaria de Educação de Picuí, na pessoa de Amarides Dias e ao Prefeito Rubens Germano que se comprometeu com a nossa formação, ao atual gestor Acássio Dantas que continuou ajudando nas despesas do decorrer do curso.

Obrigado muito especial às minhas amigas de trabalho, que juntas realizamos mais uma etapa pelos sonhos que se concretizam.

À minha turma de graduação, pela diversão, pelo aprendizado, pela convivência que tanto auxiliou no meu amadurecimento. Amigas que durante esses anos de faculdade foram minha segunda família, dividindo sonhos, sorrisos, lanches e lágrimas.

Um agradecimento muito especial aos motoristas Nino e Amsterdã que transportavam todos com segurança a universidade e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste sonho.

Enfim, a todos os meus professores, que, contribuíram para o meu aprendizado, muito obrigada a todos pelos conhecimentos adquiridos.

a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. (PARO, 2000)

RESUMO

Este trabalho que tem como tema Gestão Democrática: uma construção coletiva, com base em estudos que abordam uma reflexão sobre a gestão democrática e a necessidade de participação e atuação nas tomadas de decisões referentes a escola por parte dos sujeitos. A gestão democrática da escola pública passa a ter um novo formato e nessa perspectiva de mudança todos os indivíduos da comunidade escolar e local são convidados a participar de uma ação conjunta, que tem como o objetivo geral torná-los conscientes e corresponsáveis no sentido de discutir, planejar e elaborar extratégias para o caminhar da escola. A construção coletiva dará a instituição um novo perfil, proporcionando um espaço para o diálogo e aprendizagem, dentro do processo democrático.

Palavras-chave: Gestão democrática, Participação , Ação Coletiva.

ABSTRACT

This work whose theme Democratic Management: a collective construction, based on studies that address a reflection on the democratic management and the need for participation and performance in decision making regarding the school by the subjects. The democratic management of public school, shall have a new format and this perspective change all subjects in school and local community are invited to participate in a joint action that has as main objective to make them aware and jointly responsible towards discuss, plan and prepare for the hike extratégias school. The collective construction give the institution a new profile, providing a space for dialogue and learning within the democratic process.

Keywords: Democratic management, Participation, Collective Action.

SIGLAS

ABNT:	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APMF :	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
ECA:	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDEB:	Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental E Valorização do Magistério.
LDBEN:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDE :	Plano Decenal de Educação
PNL:	Plano Nacional de Educação
PPP :	Projeto Político Pedagógico
RCNEC:	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Fachada da escola campo de estágio	30
Foto 2: Quadro pedagógico administrativo	31
Foto 3: Sala de aula campo de estágio.....	32
Foto 4: Cantinho da Leitura.....	33
Foto 5: Leitura sobre alimentação	37
Foto 6: Leitura ao ar livre	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA	14
1.1 OS ÓRGÃOS COLEGIADOS E OS DOCUMENTOS DE UMA UNIDADE ESCOLAR PÚBLICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA NUM CONTEXTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	16
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO INFANTIL RELATANDO A EXPERIENCIA	19
2.1- A ESCOLA E O ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
2.1.1 A Criança como Sujeito de Direitos	21
2.2 DIAGNOSE DO CAMPO DE ESTÁGIO	24
CAPÍTULO III - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO	26
3.1 INTRODUÇÃO	26
3.2 UM RELATÓRIO DE ESTAGIO SUPERVISIONADO: O ENSINO FUNDAMENTAL	27
3.3 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO	30
3.3.1 Organização Escolar	31
3.3.2 Proposta pedagógica	32
3.3.3 A sala de aula campo de estágio	32
3.4 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	34
3.4.1 Observação das aulas	34
3.4.2 Análise dos diários	36
3.4.3 A vivência da regência	38
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
CAPITULO IV - GESTÃO ESCOLAR UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA	40
4.1 INTRODUÇÃO	40
4.2 UM DIÁLOGO COM A TEORIA	41
4.2.1 PPP – Um Importante Instrumento para uma Escola Democrática	43
4.2.2 Novo Perfil De Gestão	47
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
4.4 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

O Presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas no campo de estágio, nesta perspectiva, os estágios consolidados caracterizam-se como eixo de formação profissional, sendo a escola a sala de aula o “lócus” de ação e reflexão para uma prática educativa.

O capítulo I Estágio Supervisionado em Gestão da escola pública teve como objetivo compreender o modelo de gestão da escola estagiada, conhecer as prerrogativas que ampara a gestão, identificar algumas problemáticas, com o intuito de elaborar um projeto colaborativo na tentativa de minimizar as dificuldades encontradas.

O capítulo II Estágio de educação infantil, tem como objetivo principal confrontar a prática com a teoria adquirida durante o curso, sendo a sala de aula o “lócus” para uma verdadeira prática com significancia.

O capítulo III, Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, tem o propósito de enaltecer os conhecimentos por meio de uma análise crítica e reflexiva do fazer pedagógico. Os estágios vivenciados tiveram como objetivo geral oportunizar as estagiarias uma visão da prática educativa cotidiana do contexto escolar, articula aos saberes acadêmicos construído no campo da pedagogia, contundentes com as possibilidades e os desafios que a realidade estudada apresenta.

Para tanto, o trabalho monográfico que traz como tema Gestão Democrática: uma construção coletiva aborda a importância da gestão democrática da escola pública dentro das prerrogativas legais e suas especificidades, já que a mesma é a mola propulsora para o encaminhamento de novas conquistas, enfatiza também a necessidade de elaborar e efetivar um projeto político pedagógico que organize, legitime e direcione todo o processo educativo da escola, a atuação dos gestores é de salutar importância no desenvolvimento das ações e na formação de uma equipe participativa, favorecendo um ambiente de bem estar coletivo, atrelado ao processo democrático.

O gestor é o mediador entre pais, professores, funcionários, e alunos corroborando no desenvolver das ações, a partir de reflexões que conduzirá a concretização de novas ações. Nesta perspectiva, o trabalho monográfico tenciona mostrar a importância da Gestão Democrática: uma

construção coletiva, tendo como embasamento teórico, as ideias de diferentes autores da área como: Libâneo (2004), Luckesi (2007), Gadotti (1994), entre outros.

Os estudiosos partem da premissa de que através da realização de um trabalho participativo, autônomo, e democrático, envolvendo todos os seguimentos sociais que compõe a escola, possa acontecer uma verdadeira gestão democrática.

O presente trabalho monográfico aconteceu a partir uma reflexão e curiosidade no decorrer do curso de pedagogia que resutou em uma pesquisa qualitativa, elaborada através de estudo de campo, observação, relatos de experiência, registro fotográfico, pesquisa bibliográfica, e traz como tema Gestão Democrática: uma constução coletiva.

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA

O estágio supervisionado em gestão educacional I, aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Flávio Ribeiro, situada à rua Eugênio Vasconcelos, nº115 – bairro Monte Santo, na cidade de Picuí – PB, atende do 1º ao 5º ano – nos turnos matutino e vespertino do ensino fundamental. Atende atualmente cerca de 207 alunos, oriundos do bairro como também dos bairros vizinhos e zona rural, a escola possui um quadro de 11 professores, todos com formação superior.

O referido estágio foi de extrema importância para a aprendizagem das estagiárias, pois, através das observações e vivências na escola puderam compreender o modelo de gestão e apontar algumas dificuldades encontradas com o propósito de apresentar um projeto colaborativo na tentativa de minimizar a indisciplina no contexto escolar, o qual foi apresentado a toda comunidade escolar e contou com a participação coletiva de todos os envolvidos, com intuito de partilhar e envolver as famílias nas tomadas de decisões visando a melhoria do ensino e interação social, de forma que atenda os anseios de todos.

São vários autores que já falaram em gestão democrática da escola pública.

Embora, sendo um tema bem atual, significativo e discutido há um bom tempo, ainda temos uma boa caminhada para nos enquadrar a uma verdadeira gestão democrática onde, por exemplo, decidir pela maioria da comunidade escolar a eleição de gestores, entre outras.

Nesse sentido afirma Paulo Freire:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticamente como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade" (FREIRE,1995).

Diante da fala do autor, podemos entender que,o espaço escolar deve ser o aticulado da democracia , dando aos seus e a comunidade a oportunidade de participação, de opinião nas decisões, onde se respeite as divergencias, dando o direito de expressar-se.

No estágio teve-se a oportunidade de buscar vários autores para contribuir e auxiliar no conhecimento e entender que são fundamentais para qualquer comunidade escolar que deseje vivenciar uma gestão democrática da escola pública. Phontes ao referir à gestão democrática afirma:

(...) de nada adianta até mesmo uma lei de gestão democrática do ensino público conceda autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se diretores professores, pais, alunos e demais do processo desconhecem o significado político de autonomia, a qual não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva (2007, s.d.)

O que Photes afirma procede e traduz a realidade em que parte das escolas, os seus autores desconhece o significado de gestão democrática, isso pode ser comprovado no que se refere ao PPP, que até mesmo para os professores é algo desconhecido dentro de sua escola onde leciona. Quando o PPP da escola foi apresentado ao grupo estagiário depois de ser reformulado, observou-se que apenas um pequeno grupo tinha conhecimento, sendo ele um documento de salutar importância para gestão organizar e desenvolver ações voltada ao sucesso da instituição.

A constituição de 1988 e outros documentos nacionais também passaram a contemplar a gestão democrática da escola pública. Citemos, por exemplo, o plano decenal de Educação para Todos (indicador de diretrizes da política educacional para o decênio de 1993-2003) que menciona a necessidade da gestão democrática da escola pública e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96; que referenda a Carta Magna a seguinte determinação:

Art.14 - Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes

1.1 OS ÓRGÃOS COLEGIADOS E OS DOCUMENTOS DE UMA UNIDADE ESCOLAR PÚBLICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA NUM CONTEXTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.

Os órgãos colegiados são grupos representativos da comunidade escolar, mediante os quais, preferencialmente, a gestão democrática se realiza. Sendo canais pelos quais se efetiva a participação da comunidade escolar nos destinos da escola pública. São exemplos de órgãos colegiados: a associação de pais e mestres, funcionários (APMF), o grêmio estudantil, o conselho de classe, representantes de sala e o conselho escolar. Segundo Luce “eles devem ter funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras”, de modo que possam participar e avaliar todo o processo de gestão escolar. Dentre os órgãos colegiados, o Conselho Escolar é sem dúvida o mais importante. É um órgão que congrega, além da Direção, participantes dos demais colegiados e representantes da comunidade escolar.

O professor Genuíno Bordignon propõe que:

(...) para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito. Os conselhos – é bom insistir – não falam pelos dirigentes (governo), mas aos dirigentes em nome da sociedade (2004, p.34).

Destacamos dois documentos da unidade escolar onde estagiamos: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar.

De acordo com os comentários de Veiga (2011, p.198), obedecendo as determinações implantadas pela nova LDB, Lei 9394/96 que prevê no seu art.12, inciso I, em conformidade com os princípios constitucionais de 1988, que respeitava as normas comuns e as do seu sistema de

ensino , e terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica,essa implantação pela nova LDB, pode-se constatar através dos levantamentos que o Projeto Político Pedagógico nem sempre atua da forma que deveria.

Pois, conforme as experiências vivenciadas em uma escola municipal e das leituras sobre o assunto percebe-se que as ações explícitas no projeto político-pedagógico não condizem com as normas específicas para tal construção ou o não cumprimento das mesmas.

Outro fator relevante observado é a questão da centralização do poder em que a maioria dos profissionais da escola não tem acesso a algumas informações ou ate mesmo aos materiais de expediente, professores sem autonomia para manusear os recursos pedagógicos, demonstravam certo constrangimento.

A partir destas prerrogativas, constatou-se que a escola não está atuando como espaço democrático, tendo vista que a autonomia segundo CONCEIÇÃO:

A autonomia é uma conquista da modernidade e, no mundo do mercado globalizado em que vivemos afastados das propostas da modernidade, tornam a busca da autonomia uma necessidade material, sócio-cultural, psicológica e política no sentido de favorecer aos cidadãos o maior domínio sobre suas vidas. Isto implica em participação e, portanto, é uma tarefa gigantesca a ser conquistada pela educação, especialmente quando observamos que a escola, na prática cotidiana, enquanto instituição social não está conseguindo se desincumbir de todas as tarefas que lhe são imputadas. (CONCEIÇÃO, 2006)

Neste sentido, mediante as dificuldades encontradas na instituição escolar como a fragmentação do trabalho, o envolvimento dos professores e funcionários, a participação da comunidade nas tomadas de decisões, contribui para o não cumprimento do papel social da escola.

No entanto, percebe-se que a escola, mesmo tendo conquistado alguns avanços com a luta dos movimentos reivindicatórios por mudanças, ainda está arraigada por entraves que impedem que o espaço escolar seja concedido democrático, em que só através do trabalho coletivo, onde haja a participação de todos os seguimentos da sociedade é possível se alcançar as tão almejadas transformações, pertinentesao sucesso dos envolvidos e preocupados com o ensino de qualidade e respeitando os direitos de igualdade garantidos por lei.

Contudo, para que a descentralização do controle do gestor aconteça, há a necessidade de mobiliza-se todos os envolvidos na escola no sentido de suscitar-nos mesmo a importância da participação na tomada das decisões que visem atender os anseios da comunidade escolar. Não há um envolvimento efetivo dos atores sociais nas ações que atendam seus interesses.

Neste sentido, Paro, apud Inez Pinto Navarro (2001; p.67), ressalta:

O envolvimento das pessoas como sujeitos na condução das ações é apenas uma possibilidade, não uma garantia. Especialmente em sociedades com fortes marcas tradicionalistas, sem uma cultura desenvolvida de participação social, é muito difícil conseguir que os indivíduos não deleguem a outro aquilo que faz parte da obrigação como sujeito participe da ação coletiva.

De acordo com o que foi exposto cada cidadão deve ter a consciência da participação e reivindicações nas ações coletivas por melhorias.

Fazendo referência ao Projeto Político Pedagógico deve ser estendido como um dos principais instrumentos para organização do trabalho e das atividades da escola. Já o regimento escolar é o documento que, aparado nas Constituição Federal e Estadual e nos pareceres normativos do Conselho Estadual de Educação, sistematiza o Projeto Político Pedagógico confere o embasamento legal, devendo, pois ser entendido como a “constituição”, a “lei” da escola.

Nesse sentido:

“(…) o Regimento Escolar, (…), deve assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando a qualidade do ensino, fortalecer a autonomia pedagógica, valorizar a comunidade escolar, através dos colegiados e, efetivamente, fazer cumprir as ações educativas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola”(ARCO – VERDE,2007,P.08).

Sendo assim, tanto o Projeto Político Pedagógico quanto o Regimento escolar devem obrigatoriamente ser construídos coletivamente por todos os segmentos da comunidade escolar, em especial do Conselho Escolar. Expressando, de forma simples, clara, precisa e completa, o tipo de escola que a comunidade deseja.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO INFANTIL RELATANDO A EXPERIENCIA

2.1- A ESCOLA E O ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil constitui, hoje, um segmento importante do processo educativo. Sua trajetória tem mais de cem anos no Brasil, mas só nas últimas três décadas seu crescimento alcançou significação maior, se tornando primeira etapa da educação básica.

Vários fatores contribuem para a expansão da educação infantil, entre os quais se destacam o avanço do conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança, a participação crescente da mulher no mercado de trabalho, a consciência social entre o significado da infância e o reconhecimento, por parte da sociedade, sobre o direito da criança à educação, em seus primeiros anos de vida.

A criança está inserida em uma classe social onde desempenha determinados papéis, sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização, se diferenciam segundo a posição da criança e da sua família na estrutura sócio-econômica. Sendo essa inserção social diferente e imprópria à existência de uma população infantil homogênea, ao invés de perceber diferentes populações infantis com processo desiguais de socialização.

Porém, para entender a criança com relação a esse contexto é preciso que façamos uma reflexão do que é ser criança. KRAMER (2002) define criança dizendo: “comumente, entende-se criança por oposição ao adulto: oposição estabelecida pela falta de idade ou de maturidade é de adequada integração social.” Para o estatuto da criança e do adolescente (lei nº 069/90 art. 2): “Criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos.”

Nas diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil, a criança é concebida como ser ativo e capaz motivado pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e experiências. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, e também o marca, o que lhe dá a condição de ser humano único, de indivíduo.

As rupturas ocorridas nas estruturas sociais e familiares, que tiveram como causa a sociedade moderna, resultaram na privatização do espaço familiar, que passa a ser organizada em torno da criança.

No entanto, a responsabilidade da família pela proteção, educação e socialização da criança sofreu novas transformações a partir do desenvolvimento do modelo urbano-industrial, que teve como consequência uma perpetuação das desigualdades sociais e da própria constituição da infância.

Segundo o estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ Lei nº 069/1990 Artigo 4º).

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade...”

Não podemos negar que existe um reconhecimento social da criança, mas não há uma garantia do direito à infância como é o caso de uma sociedade de extremas diferenças sociais como a nossa resultando assim, no convívio de diferentes infâncias: a vivida por crianças que têm o pleno reconhecimento dos seus direitos e a daquelas que não têm nenhum destes direitos garantidos que é o caso da maioria de nossas crianças. Portanto, faz-se necessário colocar como importante questão social a definição de quem é responsável por este sujeito de direitos.

Como bem define ARROYO (1994) “o significado da infância”.

“A reprodução da infância da à ideia de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito da família. É a sociedade que tem que cuidar da infância (...) que hoje tem que ser objeto do dever público do Estado, da sociedade como um todo. Infância que muda, que se constrói, que aparece não só como sujeito público de direitos, sujeito social de direitos.”

É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades, que o trabalho seja planejado e acompanhado por adultos com formação em educação infantil e que saibamos ver, entender e lidar com as crianças, não apenas como estudantes, pois os processos de desenvolvimento e de socialização da criança são diversos, exigindo uma postura de conhecimento não só da criança, mas do seu grupo social e cultural. A criança precisa, portanto, ser considerada com um ser concreto e não como um ser abstrato e idealizado a partir de um padrão universal.

É importante lembrar que é intermédio do outro que a criança aprende a interpretar o mundo físico, social e cultural no qual está inserido.

Considerar, simultaneamente, a singularidade da criança e as determinações sociais e econômicas que interferem na sua condução, exige reconhecer a diversidade cultural e combater

as desigualdades existentes. A exploração do mundo social e natural é tão vital para a criança quanto sua necessidade de brincar, de se exercitar, de ser amada, uma vez que esse pequeno ser tem necessidade de dar sentido a sua vida. E como sua vida se produz e reproduz no meio sociocultural esse mundo é fundamental para que ela também se compreenda.

Por isso, a educação infantil é a etapa em que as crianças estão vivenciando o mundo com seu corpo, sua mente, suas emoções. Portanto, mais importante que trabalhar determinados conteúdos acerca da sociedade, é as crianças poderem constituir gradativamente sua compreensão de mundo, observando, perguntando, explorando, experimentando e registrando suas descobertas, corroborando com a concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento.

Desde 1975, a educação da criança de 4 a 6 anos estava inserida nas ações do Ministério da Educação. Quando foi criada a coordenação de Educação Pré-escolar, a trajetória da educação da criança de 0 a 6 anos assumiu e assume ainda hoje, no âmbito da atuação do Estado, diferentes funções, como função assistencialista, compensatória ou de caráter educacional.

Na constituição federal de 1988, a educação de crianças de 0 a 6 anos, concebida muitas vezes como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças, nesse contexto, a proteção integral da criança deve ser assegurada pela família, pela sociedade e pelo estado. Sendo assim, a inclusão da creche que tinha a função de cuidar, também agrega-se à função de educar.

Em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente foram reformados esses direitos ao mesmo tempo em que foram estabelecidos mecanismos de participação e controle social na formulação e complementação de políticas para a infância.

Após muitos desafios, o Ministério da Educação elaborou um documento de Política Nacional de Educação Infantil, que define os principais objetivos: a expansão da oferta de vagas o fortalecimento nas instâncias competentes da concepção de educação infantil e a promoção da melhoria na qualidade do atendimento na educação infantil.

Foi a partir desses objetivos que se lançou um documento sobre a formação do profissional de educação infantil que discutia a necessidade e importância do profissional qualificado para atuar em creche e pré escola.

Em 1996, a lei de diretrizes e bases da educação (LDB) passou a considerar a importância da educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Foi a partir desse momento que esse segmento da educação adquiriu o reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional.

Segundo a legislação brasileira: Lei de Diretrizes e Bases.

Art. 29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A educação infantil será oferecida em:

I- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II- Pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 – Na educação infantil a avaliação se fará mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Trata-se de um avanço na educação brasileira que só foi possível em decorrência da evolução que a consciência social alcançou sobre a criança com indivíduo e membro da sociedade. A constituição destaca (art. 205) que a educação é direito de todos e, por inclusão, também das crianças de zero a seis anos. Essa conquista oferece um futuro melhor para as novas gerações.

2.1.1 A Criança como Sujeito de Direitos

Considerando a trajetória histórica da educação infantil no país percebe-se que a criança hoje é vista como um ser sócio-histórico, a qual sua aprendizagem acontece pelas interações entre a criança e o meio social em que vive. Nessa perspectiva interacionista tem como principal teórico inspirador Vigotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta (OLIVEIRA, 2002).

Pensando neste novo cidadão a Constituição Federal de 1998 criou um conjunto de leis que contempla a Educação infantil em especial a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação que doutrina a criança como sujeito de direitos, ficando legalmente definido que os pais, a

sociedade e o poder público tem que respeitar e garantir os direitos das crianças definidos no artigo 227 que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.

A criação dessas Leis vem assegurar os direitos da criança enquanto cidadã, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é um exemplo de fortalecimento da nova concepção de infância que contempla cada um dos direitos da criança e do adolescente.

A LDB, regulamenta a educação infantil, definido-a como primeira etapa da educação-básica (art.21/1) e que, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art.29).

A LDB determina ainda que cada instituição do sistema escolar inclusive as de educação infantil, deverá ter um plano pedagógico elaborado pela própria instituição com participação dos educadores e que os mesmos deverão ter curso superior, como formação mínima o curso normal com especialização em educação infantil.

2.2 DIAGNOSE DO CAMPO DE ESTÁGIO

De acordo com as exigências do Estágio Supervisionado II que faz parte do componente curricular em Educação Infantil/PAFOR, vem através deste relatório descrever os acontecimentos durante o período do estágio realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Socorro Farias de Macedo, localizada na Rua Severino Avelino de Macedo, no bairro Pedro Salustino na cidade de Picuí, atende cerca de 216 alunos da Educação Infantil com faixa etária de 03 a 06 anos, oriundos da zona urbana e rural. vindo assim contribuir em todas as áreas do conhecimento. O Estágio Supervisionado caracteriza-se como uma junção entre a formação e a prática, sendo que a escola/creche é o “locus” para construção de uma prática realmente significativa, junta as crianças de três a cinco anos.

A instituição de Educação Infantil amparada nos RECNEI e Diretrizes Curriculares tem função de cuidar, educar e brincar como parte de um processo complementar e indissociável. O cuidar não se remete apenas ao cuidar do sono, da alimentação ou higiene pessoal, mas também da organização do espaço, dos horários, dos brinquedos ou atividades oferecidas às crianças, buscando sempre respeitar as peculiaridades e necessidades das mesmas, possibilitando novas experiências e aprendizagem desafiadoras e adequadas a cada faixa etária. Nesse sentido a Educação Infantil deixa de ter um atendimento assistencialista e passa a desenvolver atividades educativas, valorizando os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança

O Estágio Supervisionado em Educação Infantil é de salutar importância na vida profissional do docente, pois, oportuniza o mesmo a associar as teorias adquiridas durante o curso com a prática.

O estágio em educação infantil tem um caráter investigativo da realidade escolar e de suas práticas pedagógicas, em especial a sala de aula, utilizando como instrumento a observação que ajudará a descrever e planejar ações e reflexões da prática pedagógica dentro do contexto, propiciando uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Assim diz Madalena Freire (1989):

A observação é uma ação estudiosa da realidade. Estudo quando Tenho uma pauta, quando eu direciono o meu olhar. Quando observo eu ordeno, seleciono, diagnostico significados, classifico questões. É uma ação altamente reflexiva. É

diferente de que registrar mecanicamente tudo o que vê ou estar ali, olhando.
(p.3)

Para o futuro professor a observação será a ferramenta que auxiliará no desenvolvimento de sua metodologia, atividades, compreensão das especificidades de cada criança, no âmbito escolar, de modo a contribuir na sua prática pedagógica.

A Proposta Pedagógica da instituição de estágio de acordo com os RECNEI e as Diretrizes Curriculares de Educação Infantil contempla um conjunto de práticas que contribui para desenvolver a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais dos alunos.

A instituição de estágio trabalha com projetos que visa despertar na criança habilidades essenciais para seu desenvolvimento, valorizando os seus aspectos afetivos, psicológicos, motores, cognitivos, como também suas individualidades, possibilitando o convívio e interação com o meio social. Segundo Jussara Hoffmann, para Vygotsky (1988), sócio interacionista, a ação da criança é também essencial para o seu desenvolvimento. Ela atribui significados aos objetos, não à partir dos estímulos do meio ambiente, mas através da interação com os elementos de sua cultura e do seu meio social.

O Processo de avaliação é feito de forma contínua por meio de conceitos que atribui noções de conhecimento relacionado a aprendizagem da criança registrado em portfólio e boletim. A lei de Diretrizes e bases da Educação, sancionada em dezembro de 1996, estabelece, na Seção II, referente à educação infantil, 31 que: “(...) a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.”

Para Hoffmann, tais concepções irão implicar, portanto, em posturas contrárias à constatação e registro de resultados alcançados pela criança a partir de ações dirigidas pelo professor, buscando, ao invés disso, ser coerente.

CAPÍTULO III - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO

3.1 INTRODUÇÃO

O presente relatório é um documento que tem como objetivo descrever a experiência vivenciada numa sala de aula durante o período do último estágio exigido pela Universidade Estadual da Paraíba – PARFOR, intitulado Estágio Supervisionado III – Docência, no período de 19/05/2014 a 06/06/2014. Este foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo de Almeida Neves, no Município de Picuí, estado da Paraíba.

O Estágio Supervisionado caracteriza-se como eixo de formação profissional, sendo a sala de aula o “lócus” de ação e reflexão para a construção de uma prática educativa objetivando a qualidade. Garrido (2004) enfatiza que o estágio possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente.

Refletindo o pensamento da autora, o estágio trata da capacitação do professor, por meio de uma ação reflexiva, que irá contribuir na melhoria de sua prática e na ampliação dos seus conhecimentos durante o processo formativo. Com base na relação de teoria e prática o estagiário desenvolve uma nova postura em seu fazer pedagógico, o qual deverá contemplar alguns aspectos de análise crítica e reflexão sobre a sala de aula.

3.2 UM RELATÓRIO DE ESTAGIO SUPERVISIONADO: O ENSINO FUNDAMENTAL

O presente relatório é um documento que tem como objetivo descrever os acontecimentos durante o período do Estágio supervisionado III, o qual faz parte do Componente Curricular em Ensino Fundamental (PAFOR). O Estágio Supervisionado caracteriza-se como eixo de formação profissional, sendo a escola/sala de aula o “lócus” de ação e reflexão para construção de uma prática educativa, junto às crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A especificidade do campo de estágio é enfatizada nas palavras de Garrido (2004, p.61)

“O estágio como campo de conhecimento e eixo curricular central nos cursos de formação de professores possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente”

O ensino fundamental é norteado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e Deliberação do Conselho Municipal de Educação do Município.

No Ensino Fundamental, o Projeto Político – Pedagógico da Escola privilegia o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social utilizando, para isso, os conteúdos curriculares da base nacional comum e os temas transversais, trabalhados em sua contextualização.

O Projeto Político – Pedagógico da Escola é norteado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e Deliberação do Conselho Municipal de Educação do Município.

A escola desenvolve seu trabalho numa concepção de educação que considera o estudante sujeito ativo e participativo, capaz de construir seu próprio conhecimento. O processo de escolarização é marcado no sentido de ampliar a compreensão da dinâmica social, das variadas forças e conhecimentos que disputam poder na sociedade, das diferentes interpretações de conteúdos, fatos, objetos, fenômenos e comportamentos sociais. Com base na Lei 9394/96 – LDB, que fundamenta a política educacional, do país para o Ensino Fundamental, a referida

instituição objetiva através do Projeto Político Pedagógico, direcionar coletivamente um trabalho que garanta a permanência e o sucesso dos que nela ingressam, diminuindo assim a evasão e a repetência.

O desenvolvimento das ações da escola terá como referência a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Fundamental nº 9.394/ 2006, visando à coerência nas reformulações: Lei Federal nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, Decreto Lei 5296 de dois de Dezembro de 2004, Lei Federal 9394 de 20 de Dezembro de 1996 e nas regras previstas na ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas – que estabelecem no seu artigo 1º normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, LEI Nº 9.795 em seu artigo 2º que dispõem sobre a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, Lei nº 11.645, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, Lei nº11.769, DE 18 de agosto de 2008, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, LEI Nº 10.793 em seu artigo 26-§ 3º a educação física, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno.

A implantação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração, conforme lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, exige tratamento ampliando as possibilidades de aprendizagem.

Como os próprios PCNS atestam não se trata de novas áreas ou disciplinas, mas de uma nova prática educacional: A transversalidade. Nessa proposta, os conteúdos devem ser trabalhados transversalmente aos conteúdos tradicionais. Transversalidade e interdisciplinaridade não se excluem mutuamente; ao contrário, são concepções que se completam.

O estabelecimento de ensino fundamental se propõe atingir os seguintes fins:

- O desenvolvimento da personalidade humana, proporcionando ao aluno a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania;

- A compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

- A condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção religiosa, preconceito de classe ou raça; Para legitimidade e efetividade dessa política educacional, são necessárias ações formativas da opinião pública, condições pedagógicas, administrativas, financeiras, materiais e de recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação, em todos os níveis da gestão educacional. A implantação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração, conforme lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, exige tratamento político administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem, desse modo pretende-se assegurar o pleno desenvolvimento das crianças em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual, social e cognitivo, tendo em vista alcançar os objetivos do ensino fundamental, sem restringir a aprendizagem das crianças de seis anos de idade à exclusividade da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, mas sim ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem.

3.3 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo de Almeida Neves, é uma instituição municipal de Educação Básica, localizada à Rua Artur Dantas, s/nº, em Picuí, no Estado da Paraíba. A escola foi instalada em 1965 com o nome: Governador Álvaro Gaudêncio, regida através do Decreto nº. 50/79 de 04/12/79.



Foto 1: Fachada da escola campo de estágio

Em 1985, na administração do prefeito Sebastião Ramos Dantas, com recursos federais, (convenio MEC/ Prefeitura Municipal) foi ampliada e inaugurada em 08/12/1985, mudou o nome para Escola Municipal de 1º grau Presidente Tancredo de Almeida Neves, em homenagem ao Presidente eleito da época.

A fundação da escola é reconhecida através da Lei municipal nº. 527/85 de 16 de Setembro de 1985. Através da Emenda Constitucional nº. 14.196, implantada a partir de janeiro 1998, com a finalidade de corrigir a dicotomia expressa nacionalmente em relação à educação e a criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) a escola passa a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo de Almeida Neves. Em 2009, na administração do Prefeito Rubens Germano Costa, a escola foi reformada, melhorando e tornando agradável sua infraestrutura.

Em 2013, a escola muda de localização em virtude da procura exorbitante por vagas, passando a funcionar no prédio anexo a Secretaria de Educação Municipal, localizada à Rua Sebastião Ferreira de Macedo, s/nº.

A Escola atende atualmente 359 alunos do 1º ao 5º do Ensino Fundamental I, oriundos das comunidades urbana e rural (sítios: Conceição, Massapê, Passagem, Quixaba, Serra Baixa e Várzea Grande) do Município de Picuí.



Foto 2: Quadro pedagógico administrativo

O quadro técnico administrativo e pedagógico é composto por 16 professores, 01 gestora escolar e 01 gestora adjunta, 01 supervisora escolar (não exclusivo da Unidade de Ensino), 01 inspetora escolar, 01 auxiliar administrativo, 05 auxiliares de serviços gerais, além de 01 orientadora educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

3.3.1 Organização Escolar

A instituição apresenta boas condições de uso, embora o prédio construído não tenha sido para a referida escola, está em processo de adaptação e adequação às necessidades da atual escola, tem uma boa aparência e se percebe o cuidado com os ambientes. A estrutura física compreende salas ventiladas e dispõe de uma boa iluminação, quadros, ventiladores, mesas e cadeiras para todas as crianças. Cada sala dispõe de um filtro de água potável que é devidamente cuidado, de acordo com as exigências sanitárias de cada ambiente. Existe também um espaço aberto para as crianças brincarem durante a recreação. A escola pensa no futuro em criar um espaço para hortas.

Os recursos tecnológicos disponibilizados são disponíveis e em bom número. A escola possui materiais didático-pedagógicos para jogos utilizados para atividades lúdicas.

3.3.2 Proposta pedagógica

Quanto ao planejamento das atividades de sala de aula, a socialização dos docentes se dá nas segundas feiras, à noite das 19 às 22 horas, com a participação de uma coordenação pedagógica; momento onde são discutidas as ações a serem trabalhadas em sala de aula. Esta, portanto, torna-se uma ocasião em que a escola faz uma avaliação com intuito de auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal. A comunicação do rendimento dos alunos é feita bimestralmente durante a reunião de pais e mestres.

A proposta de trabalho da Escola para articulação com a família e a comunidade se dá a partir de reuniões mensais, palestras e festividades. O processo de avaliação institucional e o acompanhamento das ações pelo coletivo da escola são feitos bimestralmente, através de instâncias envolvidas, como o Conselho Escolar. O projeto político pedagógico é socializado com toda a comunidade escolar.

3.3.3 A sala de aula campo de estágio

A sala, bastante colorida, possui uma decoração atrativa com muitos cartazes confeccionados pela professora. É possível perceber que os trabalhos são dirigidos por recursos pedagógicos contextualizados. Há alfabeto colorido fixado na parede, numerais, vogais, nomes dos alunos, animais, objetos e um quadro de pregas onde ficam os crachás na forma de fichas com o nome de cada um dos alunos. Também há um acervo de livros literários no cantinho da leitura exposto ao alcance das crianças para que elas



Foto 3: Sala de aula campo de estágio.

possam manuseá-los de forma responsável e democrática, contribuindo na formação da criança que começa na sala de aula por meios de ações que delegam direitos e deveres aos educandos.

As aulas começam às 7 horas da manhã com a chegada das crianças, onde as mesmas são recebidas de forma calorosa pela professora regente, Adriane Ribeiro de Souza Cavalcanti, que demonstra segurança e afetividade na relação professor-aluno. As atividades se encerram às 11 da manhã.

A educadora demonstra ter conhecimento, pois é segura, gosta de ler e pesquisar. Tem uma postura aberta, pois se percebe seu interesse pelo aprendizado dos discentes, sempre inovando, buscando novas estratégias que propiciem uma melhor aprendizagem do aluno.

As atividades desenvolvidas na sala de aula sempre fazem parte de projeto ou sequência didática, que surgiu a partir do interesse e da necessidade da turma.

As brincadeiras e brinquedos são atividades integradas aos conteúdos desenvolvidos nas salas de aula pela professora, a qual acompanham os alunos durante as brincadeiras e músicas demonstrando ter caráter educativo em tudo que faz.



Foto 4: Cantinho da Leitura.

A professora privilegia duas vezes por semana a canção de Picuí e o Hino do Brasil, explorando o ritmo e a oralidade. Em quanto o processo avaliativo é realizado constantemente, as crianças são avaliadas por observação e a interação sem que percebam o processo de avaliação.

3.4 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A orientação do estágio ocorreu no período de 10 a 24 de maio do corrente ano, através do professor Francisco José Dias da Silva, o qual orientou que fosse feito um estágio com competência e reflexões a respeito da observação, a construção de novos saberes e posturas específicas ao exercício profissional docente.

3.4.1 Observação das aulas

No dia 19 de maio iniciei o estágio de Ensino Fundamental no turno matutino através da entrega da carta de anuência, explicitação do roteiro de estágio, bem como seus objetivos. O estágio de observação foi iniciado na turma do 1º Ano “A” da Professora regente Adriane Ribeiro Cavalcanti, a qual se mostrou receptiva.

De início, observei a forma como a professora conduzia a turma; sua maneira de tratar os alunos, a comunicação e interação entre eles. A forma como eram ministradas as aulas e como os alunos assimilavam os conteúdos. Em sala de aula, 18 alunos, dentre estes oito meninas e dez meninos com a faixa etária de 6 a 7 anos. A maioria é de família de baixa renda; pude perceber que a turma apresentava níveis de aprendizagem diferenciados.

No dia 20.05.2014, após a rotina diária, a professora apresentou uma atividade diagnóstica realizada pelos alunos, com objetivo rever os direitos de aprendizagem conquistados, em função de algumas crianças não terem assimilado saberes na atividade proposta. A turma interagiu de forma harmoniosa obedecendo aos combinados da classe.

A aula contou com a visita de alguns alunos do 5º ano para a cotação da história “*O Traço e a Traça*” do Projeto *Semeadora de Leitura* desempenhada pela proposta do currículo da escola (PPP). A professora encerrou a aula falando sobre uma problemática “*Os cuidados que devemos tomar para evitar a Dengue*”.

Na aula seguinte, após a rotina diária, a educadora convidou os alunos para a realização da canção de Picuí “*Terra Natal, Picuí linda cidade de verdade.*” Em seguida realizou a leitura

“*Confusão na Roça*” de Sônia Junqueira. A aula contou com a participação dos alunos do 4º ano. Após as leituras, a professora organizou a sala para a correção da tarefa de casa, momento em que todos os alunos se envolveram.

Aproveitando a tema “*Dengue*” a educadora apresentou uma paródia “*Dengue não*” e explorou os cuidados e os sintomas. Convidou os alunos para pintar os espaços do texto e sublinhar as palavras chaves de acordo com a oralidade feita por ela. Desse modo, explorou a sistematização das palavras quanto ao número de sílabas, letra inicial, letra final, palavra que rima, favorecendo a realização de atividades que ajudam a promover a autonomia e a criatividade dos alunos.

No dia 22 de maio, professora acolheu os alunos com uma mensagem de boas vindas. Seguiu a rotina diária e antecipou que, cada mensagem possui uma palavra escondida. Quem conseguisse identificar seguia ao microfone e fazia a leitura. Por meio do engajamento, as crianças demonstravam o interesse pela atividade proposta. Logo em seguida, propôs que as crianças realizassem a leitura das fichas possibilitando aos alunos novas reflexões sobre a apropriação da leitura convencional e da oralidade.

No segundo momento a professora retomou a leitura, procurando direcionar aquelas crianças com mais dificuldades, utilizando as letras móveis como suporte para uma melhor compreensão.

No dia 23, após a acolhida, a professora convidou os alunos para a execução do Hino do Brasil. Em seguida apresentou o vídeo “*Lixo, responsabilidade de todos*”. A socialização do vídeo contribuiu para que as crianças refletissem sobre as atitudes que os homens fazem com o meio ambiente. Em seguida, a professora realizou uma tarefa procurando fazer uma intervenção de forma direcionada para aquelas crianças com dificuldades, usando como auxílio o alfabeto móvel na construção de palavras.

Em seguida, apresentou a ficha de acompanhamento das tarefas de casa para que as crianças percebessem que o descompromisso estava constante. Reforçou os combinados e solicitou uma nova atitude para sanar os problemas que estavam acontecendo. E com a ajuda da orientadora educacional fez os alunos refletirem a respeito das ocorrências e sugeriu uma nova proposta: um acordo de elaborar um novo combinado com novas atitudes, registrando na lousa e em um cartaz fixado na parede.

3.4.2 Análise dos diários

Quanto à observação do diário escolar, a professora realiza a chamada e registra o plano de aula por todos os dias. A mesma enfatiza a importância de estar revendo diariamente os direitos de aprendizagem contidos no diário escolar. Explicitou que no plano de aula semanal, precisa organizar o ensino de modo que contemple alguns direitos estabelecidos pelo Plano Anual, para atender e garantir a aprendizagem dos alunos. Apresentou o registro bimestral (portfólio) e ressaltou a sua importância.

De um lado, a avaliação em que são da aprendizagem tem por objetivo auxiliar o educando no seu crescimento e, por isso mesmo, na sua integração consigo mesmo, ajudando-o na apropriação dos conteúdos significativos. A recuperação acontece paralelamente em relação à aprendizagem dos alunos e com os mesmos critérios da avaliação bimestral, prevalecendo a maior nota entre a avaliação bimestral e a recuperação paralela.

3.4.3 A vivência da regência

No que diz respeito à intervenção em sala de aula, dos dias 02 a 06 de junho de 2014, período em que planejamos e elaboramos o projeto “Meio Ambiente”, que foi pensado para se trabalhar no período de 15 dias, articulando as doenças transmissíveis e os festejos juninos, atendendo as necessidades da comunidade do bairro JK e da escola.

Na segunda-feira, dia 02 de junho, foi trabalhada as áreas de conhecimento: Letramento e Alfabetização, apresentação de um texto informativo: *Viva a natureza! A natureza é vida!*



Foto 5: Leitura sobre alimentação

A partir das indagações apresentei o mosquito da dengue e fizemos um puxa-palavras referente às criadouros do mosquito. Realizamos um passeio próximo à escola a procura dos possíveis lugares que o mosquito pudesse estar. A aula contou com a visita dos agentes de saúde convidando os alunos para juntos incentivarmos a comunidade na prevenção. No segundo momento realizamos uma atividade com os números naturais e com a ajuda de objetos recicláveis para agruparmos conjuntos. Terminamos o dia na sala de informática praticando o jogo das sílabas.

No encontro seguinte, três de junho, com a temática *A natureza é vida* resolvemos construir cartazes em duplas com os cuidados e a preservação de doenças. As crianças ilustraram uma mensagem: “*Cuide do seu copo, evite a hepatite*”! Apresentei uma história com o objetivo que os refletissem sobre o seu hábito alimentar. Com a ajuda dos meninos resolvemos no dia seguinte trazer rótulos de alimentos industrializados. Terminamos o dia com uma palestra de uma odontóloga incentivando as crianças a terem uma refeição saudável.



Foto 6: Leitura ao ar livre

Na quarta- feira, estudamos uma paródia do mosquito. Listamos palavras que rimam e juntos construimos um verso para completar a referida paródia. Em seguida, realizamos uma oficina de recorte e colagem com os rótulos. Separamos os alimentos saudáveis dos industrializados. Solicitei que, em dupla, apresentassem aos colegas a leitura dos rótulos. Mostrei uns alimentos e, em dupla, sugeri que conceituassem hipóteses referentes ao peso e aos números presentes na embalagem. Todos apresentaram e muitas indagações surgiram a respeito dos números presentes nas embalagens. Quem pesa mais? Quem pesa menos? Para que serve os números dos códigos de barra? Expliquei e convidei a turma para uma visita ao supermercado do bairro da escola, objetivando solucionar alguns conceitos matemáticos.

No encontro da quinta-feira, visitamos o supermercado e identificamos os produtos e suas respectivas validades, além de induzi-los a refletir sobre o que podíamos fazer para doar o lixo para a reciclagem. Realizamos compras de alimentos saudáveis e seguimos para a escola. Ao chegarmos, construimos uma lista de produtos que poderiam ser reciclados e resolvemos construir os depósitos de coleta seletiva. Distribuí alguns rótulos e solicitei que, em três, criassem uma arte com o material ou uma propaganda de venda do produto. As crianças pediram ajuda para a leitura de alguns rótulos. No final, montamos um livrinho dos rótulos. Deixamos em exposição na entrada da escola.

Na sexta-feira, foi feita a exposição de fotos que tiramos no passeio. As crianças iam comparar como era o rio antes em relação ao de hoje. Em seguida, entreguei uma folha de papel ofício e dividi a turma por grupos para descrever as imagens. Com a ajuda da professora, registramos frases abaixo de cada ilustração. Em seguida, retomamos a estória *Os dez sacizinhos* e entregamos biscoitos para a realização de probleminhas envolvendo adição e subtração.

No último momento, com a presença da professora titular da turma, fizemos uma homenagem para recebermos a presença do professor-supervisor Francisco José, através de uma canção "*Hoje é dia de alegria*".

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado III favoreceu uma visão da prática educativa cotidiana em classes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, articulada aos saberes acadêmicos construídos no campo da pedagogia, bem como as possibilidades e os desafios que a realidade estudada apresenta. Dessa maneira, se constituiu como uma prática essencial na minha formação.

Durante a experiência, pude vivenciar momentos de regência, oportunos para minha ação reflexiva sobre a prática pedagógica e a confirmação de saberes adquiridos durante o curso de formação. Assim, aprendi que o embasamento teórico vai foi um grande referencial para a minha prática.

CAPITULO IV - GESTÃO ESCOLAR UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

4.1 INTRODUÇÃO

As transformações políticas e educacionais brasileiras apresentam intensas transformações, e essas mudanças vem acompanhada de um termo chamado gestão, que visa a participação e o envolvimento da comunidade escolar, frente aos acontecimentos relacionados ao trabalho pedagógico como a tomada de decisões para os fatos que influenciam o andamento da escola.

A gestão escolar foi implantada para substituir à administração escolar o que representa uma mudança radical de postura que originou um novo enfoque de organização, um novo paradigma de encaminhamento das questões escolares, ancorados nos princípios de participação, de autonomia, de autocontrole e de responsabilidade (ANDRADE, 2004).

Portanto, na gestão democrática a educação é tarefa de todos, família, governo, e sociedade, porém, para que isto ocorra é necessário a participação e o envolvimento de todos os sujeitos que forma o processo educativo, na perspectiva de desenvolver ações concretas e de significancia pertinente ao seu contexto.

4.2 UM DIÁLOGO COM A TEORIA

Em virtude de todas as mudanças ocorridas no campo educacional, ocasionadas por fatores determinantes como, os movimentos sociais, políticos, e de punho econômicos baseado nas leis de mercado, é que a administração escolar vem sofrendo fragmentação em relação a sua prática educacional e estrutura econômica social devido a uma intrínseca ligação com o capitalismo atual, remetendo-se a uma ideia de transformação no contexto educacional, visto que essas mudanças não ocorrem por acaso e sim para atender as exigências de estruturas econômicas e sociais dominantes.

Nesse sentido, a luta por mudanças no ambito educacional é para vencer as estruturas burocráticas formais, hierarquizadas da escola, direcionando-se a uma futura democratização escolar, com o propósito de oferecer políticas educacionais que oportunize a coletividade, o debate entre a escola e a comunidade.

Diante de todas essas mudanças surge um novo termo gestão democrática que se remete a ideia de transformação na instituição escolar, colaborando para um espaço de debates e alternativas entre a escola e a comunidade. Este propósito se efetiva pelo espaço oferecido pelo princípio constitucional de 1988 que institui a gestão democrática da escola pública, princípio este corroborado na lei 9.394/96. De acordo com a lei, uma escola democrática é quando todos os atores envolvidos participam e atuam nas ações desenvolvidas pela a escola visando uma melhoria satisfatória para todos.

Nessa perspectiva todos tem que compreender o seu papel como partícipe de uma ação conjunta, seja para argumentar , questionar ou criticar, desde que a discursão seja em prol de uma mesma razão, e quando a comunidade e a escola se unem para almejar melhorias voltadas para o espaço físico, aprendizagem e ate mesmo para qualificação de professores, torna-se uma ação democrática da gestão. A atuação de todos que faz a gestão é uma forma de quebrar paradigmas, e construir novos conceitos é um momento de transformação.

Nesse sentido propõe (LIBÂNEO)

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só

resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBÂNEO, 2006, p. 328)

Uma gestão democrática é quando todos os envolvidos oportunizam momento, um espaço de diálogo entre a escola e comunidade, havendo uma intrínseca relação entre ambas, de modo que a escola não se apresente como elemento fora do contexto social, e nem a comunidade como elemento indissociável da escola, portanto a escola democrática deve partir de sua realidade local visando uma atuação de seus membros. Nessa perspectiva afirma LIBÂNEO:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação. (LIBÂNEO, 2004, p. 102)

Gestão democrática é uma forma de trabalhar no coletivo, procurando ouvir todos os envolvidos com o propósito de superar as dificuldades e alcançar metas que beneficie todos da escola e comunidade por meio de um processo de respeito e acatamento nas decisões. Assim afirma LUCKESI:

"Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A 'cara da escola' decorre da ação conjunta de todos esses elementos". (LUCKESI, 2007, p.15)

Nessa perspectiva, a gestão democrática acontece quando há uma participação ativa de toda comunidade escolar e local, no momento de partilhar poder e tomar decisão, dessa forma acontece a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisões. A participação constitui uma das bandeiras essenciais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem a vida escolar.

A própria sala de aula é um lugar de gestão e, principalmente, de aprendizagem da gestão democrática, não só da escola, mas da vida. Exercitar a gestão democrática na escola é uma forma de ensinar e aprender. (LUCKESI, 2007)

Gadotti afirma que há duas razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática. “A primeira dessas razões é porque a escola deve formar para cidadania e a segunda razão consiste no fato de que a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola: o ensino. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógica” (GADOTTI, 2001, p.46).

A Lei de Diretrizes e Bases no seu artigo 14 estabelece que: ao encaminhar para os sistemas de ensino as normas para a gestão democrática, indica dois instrumentos fundamentais: a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos Escolares ou equivalentes.

4.2.1 PPP – Um Importante Instrumento para uma Escola Democrática

De acordo com a Constituição Federal de 1998, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com o Plano Nacional de Educação, a construção da autonomia escolar deverá ser resultado da Gestão Democrática, através da qual a escola deverá assumir compromisso com a construção de sua identidade. Neste sentido, o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) ratifica o artigo constitucional 206 ao observar dois novos princípios: O primeiro enfatiza que esta gestão deve ter a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. Enquanto o segundo afirma que nela também deve ter a participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, ART.14 I e II).

Desta forma, Carneiro (2006, p.83) assegura a participação dos e especialistas na elaboração do projeto pedagógico da escola e o conagraçamento participativo em colegiados diretivos escolares funcionam como balizantes desta “utopia concreta” da gestão democrática escolar no âmbito das insituições públicas.

Partindo da ideia do autor quando professores, alunos, comunidade e demais envolvidos no processo educativo, se reúnem para participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico no cotidiano escolar estão exercitando o ensino democrático necessário para garantir o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, assegurando a inclusão e o ensino de qualidade. Possibilitando ao projeto político-pedagógico ganhar status pedagógicos ao organizar e

sistematizar essas intenções em ações educativas alinhadas com as prioridades estabelecidas, ao mesmo tempo, oportuniza um exercício reflexivo do processo para tomada de decisões no seu âmbito. O Projeto Político Pedagógico é antes de tudo a expressão de autonomia da escola no sentido de formular e executar sua proposta de trabalho. É um documento juridicamente reconhecido, que norteia e encaminha as atividades desenvolvidas no espaço escolar e tem como objetivo central identificar e solucionar problemas que interferem no processo ensino aprendizagem. Esse projeto está voltado diretamente para o que a escola tem de mais importante “o educando” e para aquilo que os educandos e toda a comunidade esperam da escola – uma boa aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico é um caminho traçado coletivamente, o qual se deseja enveredar para alcançar um determinado objetivo. Deste modo, ele deve existir antes de tudo porque se define como ação que é anteriormente pensada, idealizada. É tudo aquilo que se quer em torno de perspectiva educacional: a melhoria da qualidade do ensino através de reestruturação da proposta curricular da escola, de ações efetivas que priorize a qualificação profissional do educador, do compromisso em oportunizar ao educando um ensino voltado para o exercício da cidadania, etc. É através de sua existência que a escola registra sua história, pois é conhecido como “um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática político-pedagógica de uma escola”.

É um processo inacabado, portanto contínuo, que vai se construindo ao longo do percurso de cada instituição de ensino. O projeto se dá de forma coletiva, onde todos os personagens direta ou indiretamente, pais, professores, alunos, funcionários, corpo técnico-administrativo são responsáveis pelo seu êxito. Assim, sua eficiência depende, em parte, do compromisso dos envolvidos em executá-lo.

Veiga (2001) define o Projeto Político Pedagógico assim:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta idéia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (p.110)

Etimologicamente o termo projeto - projetare – significa prever, antecipar, projetar o futuro, lançar-se para frente. A partir desse entendimento, construímos um projeto quando temos uma demanda para tal, quando temos um problema. Assim, falar de projeto é pensar na utopia não como o lugar do impossível, mas como o possível de ser realizado e não apenas do imaginário e desmedido como apresenta inicialmente. O desejo de mudança, a possibilidade real de existir, de se concretizar é que deve impulsionar todos os atores que apostaram e decidiram torná-lo palpável e operante.

Evidenciamos a seguir os termos Político e Pedagógico, procurando justificá-lo dentro do projeto da escola.

O projeto é político por estar introjetado num espaço de sucessivas discussões e decisões, pois o exercício de nossas ações está sempre permeado de relações que envolvem debates, sugestões, opiniões, sejam elas contra ou a favor. A participação de todos os envolvidos no Projeto Político Pedagógico da escola, as resistências, os conflitos, as divergências são atos extremamente políticos. Logo, concordamos com Aristóteles, quando afirma que “todo ato humano é um ato político”.

O projeto é pedagógico por implicar em situações específicas do campo educacional, por tratar de questões referentes à prática docente, do ensino- aprendizagem, da atuação e participação dos pais nesse contexto educativo, enfim, de todas as ações que expressam o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino.

MENDES se refere a esta questão nos seguintes termos:

Política, aqui pode ser entendida como uma maneira de pensar e agir. Traduz uma visão de mundo, (...). Agimos, lidamos com o conhecimento e com o aluno de forma política. A Pedagogia como ciência da educação, compreende um conjunto de doutrinas e princípios teóricos que visam subsidiar e orientar a ação educativa. (...) a teoria pedagógica é uma ciência da e para a prática educacional. Temos nela um movimento da teoria à prática e da prática à teoria. MENDES (2000, p.01)

A dimensão política, a forma social é a forma coletiva, na qual alunos, professores, supervisores, orientadores, funcionários e responsáveis por alunos discutem o Projeto Político Pedagógico. Todos nós planejamos nosso dia-a-dia, sistematicamente ou não. É através das discussões e das necessidades individuais, tornadas coletivas, que o Projeto Político Pedagógico passa a ser desenhado na cabeça das pessoas.

Ao referir-se a essas dimensões política e pedagógica do Projeto, encontramos em MARQUES apud SILVA (2000), apoio, quando expressa:

Projeto porque intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto político porque trata de opções fundamentais éticas assumidas pela concidadania responsável em amplo debate. Projeto pedagógico porque se deve gestar no entendimento compartilhado por todos os envolvidos na atuação da escola sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas. (p.39)

O projeto político pedagógico tem um caráter dinâmico e não acontece porque assim desejam os administradores, mas porque nos preocupamos com o destino das nossas crianças, da escola e da sociedade e ansiamos por mudanças.

A construção do Projeto Político Pedagógico surge a partir da necessidade de organizar e planejar a vida escolar, quando o imprevisto, as ações espontâneas e casuais acabam por desperdiçar tempo e recursos, os quais já são irrisórios. Sendo o Projeto Político Pedagógico a marca original da escola, ele pode propor oferta de uma educação de qualidade, definindo ou aprimorando seu modelo de avaliação levando em consideração os principais problemas que interferem no bom desempenho dos alunos; estabelecer e aperfeiçoar o currículo voltado para o contexto sociocultural dos educandos; apontar metas de trabalho referentes à situação pedagógica, principalmente no que se refere às experiências com metodologias criativas e alternativas. Em função disso, é que se considera importante estruturar os princípios que norteiam as práticas educacionais.

O projeto deve ser construído tendo por base tarefas simples, possíveis de serem executadas no dia a dia da escola. Mas ele não dispensa o planejamento cuidadoso, a imaginação criadora e o espírito de equipe.

Entretanto, o mais importante para a escola, não é apenas construir um Projeto Político Pedagógico, mas o fazer educativo, a sua aplicabilidade. Não se realiza o Projeto Político Pedagógico somente porque os órgãos superiores o solicitam à escola, mas porque a comunidade escolar dá um basta à mesmice, à organização burocrática, à condução autoritária e centralizadora das decisões.

Mas, sabemos que não é uma tarefa fácil, o processo exige ruptura, continuidade, seqüência, interligação, do antes, do durante e do depois, é um avançar continuado. São mudanças que muitas vezes não são bem aceitas pela comunidade escolar, porque dá idéia de

mais trabalho, mais tempo, mais custos, daí o porquê da resistência de alguns. Referindo-se a essa ideia, exprime GADOTTI,

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação do possível, comprometendo seus atores e autores. GADOTTI (1994)

DEMO (1998) comenta que o Projeto Político Pedagógico é como um farol de mudanças, pois define pontos importantes para a educação básica como “A instrumentalização pública mais efetiva da cidadania e da mudança qualitativa na sociedade e na economia”. Para ele, esses aspectos são primordiais no sentido de oportunizar a formação do sujeito competente e viabilizar uma educação centrada na construção da qualidade, considerando que a escola é um espaço adequado onde se processa a capacidade de manejar e produzir conhecimento, pois dela se espera construir o conhecimento, em vez de apenas reproduzir.

O Projeto Político Pedagógico é um meio eficaz para a superação da ação fragmentada tanto na educação quanto na escola, motivando e reanimando o ânimo de toda a comunidade escolar, onde cada um tenha a consciência no sentido da pertença, e da responsabilidade pelo crescimento e pela melhoria da escola como um todo.

4.2.2 Novo Perfil De Gestão

O nosso Brasil é um país rico em recursos naturais, porém, apresenta um péssimo desempenho no campo educacional, e para que a educação possa ser alavancada de sua lamentável situação, estampadas nos altos índices de analfabetismo, de repetência, de abandono, de evasão e de distorção idade-série do ensino básico é necessário abolir com certas práticas e rotinas cristalizadas, que perpetuam a ineficiência do sistema educacional. Pensando nessa problemática, se busca um novo modelo de gestão escolar, gestão esta que não se remeta apenas as questões funcionais da escola, mas que possa esta articulada com opções de aprendizagem, de

ensino, da rotina, e toda política educacional da instituição, com base nesses critérios estabelecidos pela educação formal, a aticulação dessas ações dará sustentação e eficiência ao processo educacional.

O conceito de gestão esta associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, á participação de todos os envolvidos, de forma responsável e efetiva nas decisões e resultados alcançados. Para a educadora Heloisa Lück, especialista em gestão educacional, o termo gestão veio para dar um significado mais abrangente e trasformador ás relações nas organizações, superando o “enfoque dicotomizado, simplificado e reduzido” da adiministração.

Contudo, o movimento da própria história mobilizou, na tentativa de deslocar o conceito burocrático de gestão, especialmente na década de 80, um conjunto de ações em prol da escola pública e democrática, abarcado pela Constituição Federal de 88, que determinava em seus artigos, a saber:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Organização do Trabalho Pedagógico
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - Gestão Democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Assim sendo, esta década de recessão econômica de um lado e, de outro, de fortalecimento da resistência ao trabalho pedagógico instituído, as políticas educacionais em voga (e, portanto, ideológicas) redefiniram, ou tentaram redefinir o curso da escola pública, ampliando as possibilidades e debates em torno do conceito e práticas democráticas de gestão da educação. Portanto, Gestão Democrática da educação compreende a noção de cidadania como “capacidade conquistada por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de

atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado”. (COUTINHO, 2000, p: 50)

Quanto ao papel do gestor, são atribuídos aos mesmo várias responsabilidades da gestão ficando incumbidos de responder por todos os atos administrativos e todo conjunto político e pedagógico da escola, atuando como mediador entre a escola e o estado. Visando dar as equipes um senso de unidade no desenvolver dos trabalhos.

Ser gestor é exercer multiplas funções, é posiciona-se de forma proativa em qualquer processo, ser criativo e dinâmico na perspectiva de superar obstáculos e alcançar resultados, é lançar mão de competências diversas para transformar as realidades e garantir resultados.

O sociólogo suíço Philippe Perrenoud considera a competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos e experiências acumuladas frente a uma situação problema. Competências exigem conhecimentos e habilidades pessoais, e podem ser desenvolvidas ao longo da vida, é preciso sempre estar atualizando.

O papel do diretor é, predominantemente, gestor e administrativo, mas sempre associado ao pedagógico, uma vez que se refere a uma instituição e a um projeto que existem em prol da educação. Libâneo (2004) caracteriza algumas das funções da Direção na Gestão Democrática escolar:

- .dirigir e coordenar o andamento do trabalho pedagógico da escola, de acordo com sua função social;
- .assegurar o processo participativo na tomada de decisão e na sua implementação;
- .assegurar a implementação de todas as ações planejadas coletivamente;
- .articular e criar momentos para relações entre escola e comunidade escolar;
- .dar suporte às atividades de planejamento e discussão do currículo, juntamente com a equipe pedagógica, bem como fazer o acompanhamento e avaliação da prática pedagógica. Diante destes apontamentos, fica clara a relação intrínseca do papel do diretor e do pedagogo na gestão escolar, pois o pedagogo responde pela mediação, organização, integração e articulação do trabalho pedagógico. Portanto, sugere a própria compreensão de que ser pedagogo significa ter o domínio sistemático e intencional das formas (métodos) por meio dos quais se deve realizar o processo de formação cultural. (SAVIANI, 1985).

Diante do que foi citado o gestor tem a dupla função de gerenciar e supervisionar as ações que deverão ser voltadas para o pedagógico, de forma que atenda os anseios da escola como um todo.

Segundo Libâneo (2004, p.217)

Muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromissos com as necessárias mudanças na educação.

Com tudo o gestor deve ter uma postura firme, porém, aberta para o diálogo e o entendimento entre os envolvidos no processo.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de muitos avanços no sistema educacional nas últimas décadas, ainda existe muito a se fazer em relação ao cumprimento de uma Gestão Democrática que contemple a coletividade, assim colocava Arroyo (1995, p.232):

Temos que mostrar às elites que a seu contragosto o direito á educação e à cultura está muito mais próximo de ser garantido do que nos tempos em que tiveram a hegemonia, que as forças democráticas foram mais competentes em poucas décadas do que eles em séculos para criar espaços públicos de direitos.

Com o pensamento consciente de que por meio de uma participação ativa é que conseguiremos alcançar uma verdadeira democracia, onde todos os sujeitos tenham vez e voz, respeitando as diferenças e peculiaridades de cada instituição. Com este novo modelo de gerenciamento de gestão democrática as escolas tem que esta aberta para novas perspectivas, começando por articular ações que contemple as necessidades da escola, visando o sucesso no desenvolvimento de suas ações, de forma que atenda aos anseios de todos os envolvidos.

A educação é um direito de todos, e nesse sentido não podemos beneficiar apenas uma minoria, portanto uma das principais medidas de democratização, no plano escolar, consiste na criação de estruturas participativas de organização onde professores, alunos, e funcionários possam realmente exercer sua representatividade enquanto comunidade.

Também é fato, não adianta uma lei de Gestão Democrática do Ensino Público que “concede autonomia” pedagógica, administrativa, e financeira às escolas, se os seus principais interessados, que forma a comunidade escolar, não sabe o significado político da autonomia, a qual não é dádiva, mas sim uma construção continua, individual e coletivo que de forma concreta, voltada para dentro da escola e para além dela, contribuindo com o seu processo de crescimento e mudanças.

A Gestão e o projeto político pedagógico da escola são de importância decisiva, no destino da instituição, pois ambos funcionam como instrumentos, na articulação das ações, no sentido de discutir, planejar e executar. O projeto político da escola deve estar ligado a um fazer pedagógico inovador e de qualidade, atrelado a elaboração e efetivação de um projeto político pedagógico que legitime e credibilise todo o trabalho educativo da instituição.

A gestão deve atuar de forma harmoniosa com os membros da comunidade escolar e representantes da comunidade local, garantindo o desenvolvimento de um trabalho de qualidade e de referência coletiva. No entanto, é necessário a consciência da população, sobre princípios democráticos, em especial na democracia participativa, ao referir-se à escola pública, precisa-se fazer compreender que o que é público pertence aos cidadãos, e isso os tornam co-responsáveis pelo destino da educação e da escola que se almeja.

4.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar**. Secretaria de Estado da Educação - SEED/PR, Curitiba, 2007, p. 08.

BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da escola pública**: Brasília: MEC/ SEB, 2004.p. 59. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

BRASIL, Ministério da Educação. **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)**. Plano Nacional de Educação. Brasília. 2001.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.90394/96 de 20 dez.1996.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília; MEC/SEF,1998.

CONCEIÇÃO, Marcos Vinícius; ZIENTARSKI, Clarice e PEREIRA, Sueli Menezes. **Gestão democrática na escola pública: possibilidades e limites**. *UNI* revista, vol. 1, nº 09. Abril, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. 6ed. São Paulo: Olho D'água, 1995. E escolha do diretor: MEC/SEB, 2004. P. 60 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 5).

NAVARRO, Inez Pinto et al. Conselho Escolar, Gestão Democrática

PHONTES, Leonora. In: **Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico na Escola**. Disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_benedito_borges.pdf. Acessado em 20/06/2014, às 20h25minh.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília; MEC/SEF, 1998.

----- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº8.069/90.

FREIRE, Madalena. Observação, registro, reflexão: Instrumentos metodológicos. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação e Desenvolvimento Infantil. Delineamentos Relatórios de Avaliação. IN; Curso de pedagogia coletânea de textos didáticos 6. Campina Grande, UEPB. 2011.(P.169-170).

ARROYO, M. G. O significado da infância. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, I. Brasília, DF, 1994. Anais. Brasília, DF: MEC, 1994. p.88-92.

ANDRADE, Rosamaria Calaes de. A gestão da escola. Porto Alegre:

ARROYO, M. 1995. Qualidade na Educação. Paixão de Aprender, 9. Porto Alegre, MED-Dezembro, 89 p.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988.São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítica- compreensiva artigo a artigo. 12º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson, II – Notas sobre cidadania e modernidade e IV – Democracia e socialismo no Brasil. In: Contra Corrente; Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo; Ed. Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir, Romão José E. Autonomia da Escola - Principios e Propostas. São Paulo. Cortez, 1977.

LIBÂNEO, J.C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Gestão Democrática da escola. Ética e sala de aula. ABC Education, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

MENDES, Rosa Emilia de Araújo. Projeto Pedagógico em favor da escola. Belo Horizonte. 2000.

SILVA, A.C.B. Projeto Político Pedagógico: Instrumento de gestão e mudanças. UNAMA. Belém.2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) Projeto Político Pedagógico: uma construção possível. 16º Ed. Cortez, 2001.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)**. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

----- . Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº8.069/90.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. MEC/CNE/CEB. Brasília-DF, 2010.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito e desafios: Uma perspectiva construtiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.